

EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES LIDERANÇAS INDÍGENAS MENDONÇA POTIGUARA NO TEMPO (1990-2020)



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v1n01ID38496>

Maria da Conceição da Silva Lisboa de Lima¹²²

RESUMO:

Nosso objetivo neste trabalho foi investigar e analisar vivências das mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguar no cotidiano, com o intuito de compreender como elas experienciaram o tempo entre o final do século XX e as duas primeiras décadas do século XXI. Para alcançar o objetivo apoiamos-nos teórico-metodologicamente em Almeida (2010) e Pereira (2013), a partir da dissertação “Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte”, produzida por Tayse Campos, mulher indígena da etnia Mendonça Potiguar. A análise dos dados resultou na identificação de constituintes da cultura da etnia Mendonça Potiguar e, por conseguinte, de elementos da maneira como as mulheres indígenas lideranças interpretam o tempo.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres indígenas Mendonça Potiguar; cotidiano; lideranças; tempo.

EXPERIENCES OF MENDONÇA POTIGUARA INDIGENOUS WOMEN LEADERS OVER TIME (1990-2020)

ABSTRACT:

Our objective in this work was to investigate and analyze the experiences of indigenous women leaders from the Mendonça Potiguar Territory in their daily lives, with the aim of understanding how they experienced time from the late 20th century to the first two decades of the 21st century. To achieve this objective, we based our theoretical and methodological approach on Almeida (2010) and Pereira, using the dissertation “*Mendonça Indigenous Women: Daily Life, Resistance, and the Fight for Rights in Rio Grande do Norte*” by Tayse Campos, an indigenous woman of the

¹²² Mestra em Ciências Sociais, graduada em Nutrição e graduanda em História Licenciatura pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Endereço eletrônico do Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5333767508436051>. E-mail: conceicaolisboa@gmail.com.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Mendonça Potiguara ethnicity. The data analysis resulted in the identification of elements from the Mendonça Potiguara ethnic culture, as well as aspects of non-indigenous culture that they appropriated to redefine their own existence.

Keywords: Mendonça Potiguara Indigenous women; daily life; leadership; time.

Introdução

As mulheres indígenas no Brasil, após a chegada do colonizador, foram colocadas na situação de interesse do capitalismo que se instaurava com a modernidade, assim como os mais de 300 povos de etnias distintas, identificadas pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Racializados, foram vistos em função dos interesses externos por bastante tempo, até metade do século XX, segundo Almeida (2010).

Contudo, a despeito da produção simbólica de papéis sociais inferiores para os povos indígenas, além da perspectiva assimilacionista e de aculturação, cuja ideia central era a de desaparecimento da história pela perda da cultura autêntica, os indígenas não desapareceram. Mesmo quando submetidos à ordem do colonizador.

Embora seja necessário um olhar cuidadoso sobre as diferenças de autodeclaração, os Censos realizados pelo IBGE nos dão conta que o número de pessoas que se autodeclara indígena não só continua crescendo como também fala a língua oficial da nação, participa de instituições, cumpre ritos burocráticos, está nas universidades e instituições de classe, se defende em tribunais e se organiza no movimento indígena que muito tem influenciado as mudanças teóricas, as práticas e dinâmicas sociais da atualidade.

O cuidado ao observar os Censos realizados pelo IBGE deve-se, especialmente, a categoria ‘pardo’ que possibilita apagar a identidade étnica agrupando a diversidade de pessoas não brancas como negras. Para além disso, o sumiço e o reaparecimento das categorias índios ou indígenas nos Censos, substituídas por mestiços e/ou caboclos, conforme já apontado por Guerra (2007),

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

também merecem atenção.

As mulheres indígenas não ficaram alheias ao processo histórico, entendido aqui como a forma de perceber e interpretar como as pessoas – indígenas e não indígenas – vivem, agem e sofrem os efeitos dos acontecimentos ao longo do tempo, aproximando-se da perspectiva apontada por Pereira (2011). Participaram ativamente dele, conforme nos faz perceber Joenia Wapichana que se tornou a primeira advogada indígena do Brasil, em 1997; a primeira deputada indígena do Brasil, em 2018 para a legislatura 2019-2022; ainda em 2018, foi a vencedora do prêmio (ONU) de direitos Humanos. Em 2023, assumiu a presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), tonando-se a primeira mulher indígena a ocupar essa posição na referida instituição governamental.

O exemplo aqui apresentado não é único de mulher liderança indígena. A indígena da etnia Guajajara, a Sonia Guajajara, ocupou um cargo de governo, na posição de Ministra dos Povos Indígenas, desde o início do terceiro governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Há várias outras mulheres indígenas participando de instituições de governo e na representação de comunidades tradicionais, por exemplo, nas comunidades do Território Indígena Mendonça no Rio Grande do Norte (RN).

Em 2021, Tayse Campos, historiadora indígena Mendonça Potiguara, produziu sua dissertação de mestrado “Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta por direitos no Rio Grande do Norte”, no Programa de Pós-Graduação em antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a partir da qual busco identificar elementos da realidade das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguara e o sentido das suas experiências no tempo, a partir das mudanças temporais experimentadas por elas entre 1980 e 2020

O território indígena Mendonça e a cultura

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Localizado em partes de dois municípios do Rio Grande do Norte (RN), os municípios João Câmara e Jardim de Angicos, o Território Mendonça Potiguar é formado por seis comunidades - Assentamento Marajó; Açucena; Serrote de São Bento; Amarelão; Assentamento Santa Terezinha; Cachoeira/Nova Descoberta. Trata-se de um território historicamente ocupado por o grupo familiar Mendonça Potiguar.

Esse grupo familiar foi formado a partir de famílias da etnia Potiguar, do Brejo de Bananeiras na Paraíba (PB), que migraram para o RN e encontraram a etnia Tapuia a qual se uniram por casamentos formando novas relações de parentesco. De acordo com o trabalho de Costa e Silva (2020), os registros encontrados mostram que as maiores migrações da Paraíba (PB) para o RN aconteceram a partir do Século XVI.

A construção da linha férrea iniciada nos anos finais de 1800 que passava pela Vila Baixa Verde e que deu início a formação do município João Câmara promoveu o desalojamento dos indígenas Mendonça Potiguar, visto que os fazendeiros se apossaram de suas terras (Costa; Silva, 2020), o que os obrigou a procurar meios de subsistência na cidade e a convivência com valores e mecanismos diferentes aos do território de origem.

Discorrendo sobre a organização social das tribos tupis, Florestan Fernandes (1976, p. 73) apontou que “o grau de domesticação do meio natural circundante” pelos indígenas, “fazia com que a sua sobrevivência dependesse de modo intenso e direto do domínio ocasional ou permanente do espaço que ocupassem”. Se utilizarmos tal afirmação como lente para pensar o desalojamento dos indígenas do grupo Mendonça Potiguar perceberemos que houve impacto significativo na vida dos indígenas daquela região.

Para Darcy Ribeiro (2017), casos como esse resultam no que ele chamou de “destribalização” (Ribeiro, 2017, p.347), em virtude do contato com a civilização

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

que, por sua vez, pode levar a desajustamentos de personalidade sendo o mais impactante desses a “marginalidade cultural”.

Marginalidade cultural, conforme colocado por Darcy Ribeiro e que teve um caso analisado por Florestan Fernandes entre os índios bororós, são “conflitos mentais decorrentes da interiorização de valores não somente diferentes, mas opostos”, os valores apreendidos no território de origem e os valores da nação, da sociedade nacional (Ribeiro, 2017, p.347).

Em direção diferente da colocada por Ribeiro (2017), Almeida (2010) relata que categorias de análise têm sido repensadas, ampliadas, reformuladas no que diz respeito a relação das estruturas sociais e culturais dos povos primitivos. A autora coloca em relevo o movimento de compreensão da cultura dos indígenas como produto histórico, formado pela articulação contínua entre tradições e novas experiências na vivência humana. Isso possibilita perceber o dinamismo no centro da mudança cultural, não “apenas perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica” (Almeida, 2010, p.22).

Pensando sobre essa dinâmica a partir dos dados obtidos na fonte, identifica-se o autorreconhecimento como Mendonça Potiguar por parte das mulheres lideranças indígenas, mesmo frequentando instituições de ensino externas as suas comunidades, convivendo com pessoas não indígenas nas próprias comunidades e interagindo em diversas organizações e eventos políticos. Novas experiências têm convivido com as tradições de seu povo e essas mulheres continuam se autodenominando Mendonça Potiguar.

Nesse ponto é preciso atentar para cultura como um aspecto que expressa as vivências dessas mulheres. Nos termos de Almeida (2020, p.21), a cultura na perspectiva antropológica inclui “todos os produtos materiais, espirituais e comportamentais da vida humana, bem como as dimensões simbólicas da vida social”. E que os antropólogos “valorizam os diferentes significados das ações

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

humanas para entender os processos históricos”. Ao entrar em cena o processo histórico, nos leva a questionar sobre a percepção de contingência e se povos indígenas vivem suas experiências racionalizando-as de forma progressiva com base na tripartição do tempo no sentido dado por Kosellek (2006)

O cotidiano das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguará

Em 2020, o momento histórico de análise deste trabalho, contava-se 16 comunidades indígenas no RN sendo 11 dessas lideradas por mulheres (campos, 2021). No Território Mendonça Potiguará, cinco das seis comunidades eram lideradas por mulheres, a exceção era o Assentamento Santa Terezinha que era liderado por um cacique (Campos, 2021).

Contudo, nem sempre foi assim. Tomando a comunidade Amarelão, a mais antiga do Território Indígena Mendonça Potiguará como exemplo, as mulheres começaram a ficar em destaque a partir dos anos 1980.

Ao analisar a projeção dos sujeitos ao papel de liderança, ao longo do tempo no território em observação, percebe-se a presença de um elemento que fazia girar em torno de si capacidades. Por sua vez, essas capacidades se expressavam em áreas de atividades pelas quais os sujeitos alcançavam a função de liderança. Essa força central era a boa relação com todas as famílias da comunidade. Quem desenvolvia essa condição se destacava como liderança.

Entre os anos de 1980 e 2000 componentes de cinco famílias se destacaram como liderança na comunidade Amarelão - Batista, Epifânio, Góis, Felipe e Nascimento (Campos, 2021) - em virtude da aptidão de mobilizar a comunidade em apoio as suas reivindicações e por cobrar melhorias do poder público municipal. A educação religiosa, o comércio, a política partidária e política comunitária, o esporte e a experiência de trabalho em órgãos públicos foram áreas de experiência nas quais pessoas se destacaram e meio de acesso para reivindicar melhorias para o território.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Quanto a formação de grupos e a legitimidade política da liderança indígena, observa-se associação com o parentesco, amizade e interesses coletivos que coincidiam com projetos pessoais (Campos, 2021).

Nesse processo, embora as mulheres da comunidade não estivessem em destaque antes da década de 1980, sempre lutaram pela coletividade em suas comunidades. Ao perceberem que era preciso que levassem suas pautas para o movimento organizado politicamente somaram forças. E essas forças destacaram as mulheres como lideranças dentro e fora das comunidades indígenas (Campos, 2021). Logo, a organização política das mulheres fortalecia suas posições ao adicionar força à sua causa.

Sobre isso, identifica-se duas vertentes, principais, de importância. A primeira diz respeito a relação de força social estabelecida ao longo do tempo pelas mulheres em suas comunidades, participando das reuniões comunitárias, se posicionando e agindo na resolução de problemas que apareciam. A segunda trata de evidenciar para os homens as pautas femininas de luta e organização comunitária.

Embora as vivências das mulheres lideranças, das comunidades do Território Indígena Mendonça Potiguar, sejam diferentes, todas têm em comum o destaque nas suas comunidades pela atuação, inclusive no trabalho, exercendo as mesmas atividades realizadas pelos homens, além do trabalho doméstico e atividades acadêmicas sem necessidade de proteção masculina para tais atividades (Campos, 2021). Dessa forma, difere dos apontamentos de Florestan Fernandes (1976) sobre os Tupis no que diz respeito à proteção masculina às mulheres indígenas. Por outro lado, converge com a afirmação do mesmo autor, ainda em relação à mesma etnia, sobre a mulher indígena suportar uma carga pesada no sistema de ocupação.

Uma das primeiras mulheres a mobilizar a comunidade Amarelão e a articular o Movimento Indígena do Rio Grande do Norte no início dos anos 2000

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

tem uma trajetória que inclui a infância e adolescência de trabalho como empregada doméstica para poder ter acesso à escola, à educação formal, visto que não existia tal possibilidade no seu território. Ela foi uma das que interferiu nessa situação assumindo a função de professora. Teve sua carreira como professora, iniciada aos 15 anos, com apenas o ensino fundamental completo. Continuou seus estudos, concluindo o ensino médio, o magistério, e uma graduação em Pedagogia, além de diversas formações continuadas. Mesmo após sua aposentadoria, em 2015, permaneceu ativa na educação comunitária, dedicando-se à escola local e participando de cursos online oferecidos por universidades públicas e movimentos sociais (Campos, 2021).

Essa mulher, mãe da autora da dissertação utilizada como fonte neste trabalho, assim como as demais mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguar, vivenciou “complexos processos de apropriações e ressignificações culturais nas experiências entre grupos e indivíduos que interagem” Almeida (2010, p.24). Contudo, sua identidade permaneceu Mendonça Potiguar, o que nos levar a constatar que não são só os elementos da cultura que constituem as identidades étnicas.

Em 2020 já apontava uma nova geração de lideranças na comunidade Amarelão. Duas mulheres jovens apareciam como as representantes dessa nova geração. Uma com 27 anos e a outra com apenas 21 anos já se destacavam como jovens lideranças.

Essas mulheres enfrentavam uma rotina intensa. A título de ilustração observemos a rotina da mais jovem: cursava Licenciatura em Física no Instituto Federal do Rio Grande do Norte, *Campus* João Câmara, e equilibrava seus estudos com diversas atividades artesanais e comerciais para complementar sua renda, além das atividades de liderança e trabalhos domésticos. O volume de trabalho enfrentado por essa jovem liderança por não se distanciar do exercido pelas outras mulheres

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

lideranças nas outras comunidades. Outro aspecto que vem a superfície ao observar o cotidiano dessas mulheres lideranças indígenas é a tensão constante entre a educação formal e o compromisso com o Movimento Indígena.

Das mulheres indígenas lideranças do Território Mendonça Potiguara, Betânia Soares, liderança da comunidade Cachoeira/Nova Descoberta não participava do Movimento Indígena declarando falta de tempo, mas encaminhava as demandas da comunidade para a FUNAI. Foi a única que Tayse Campos não conseguiu entrevistar com a mesma metodologia utilizada com as demais mulheres lideranças, tiveram apenas um contato telefônico (Campos 2021).

A solidariedade entre as mulheres, no trabalho cotidiano, como tarefas domésticas e cuidados com as crianças é um dado que aparece, explicitamente, na fala da liderança da comunidade Marajó. A formação de uma rede de apoio possibilita que a mulher liderança possa realizar atividades externas à comunidade e atender as necessidades de viagens impostas pelo cargo. Na prática, outras mulheres assumiam, temporariamente, as tarefas domésticas da liderança, garantindo sua participação nas atividades do Movimento Indígena.

A comunidade Açucena teve sua primeira liderança indígena feminina mais tardiamente, sucedendo o pai e o irmão, inclusive por ser a comunidade mais jovem do Território Indígena Mendonça Potiguara, criada em 2005. A liderança dessa comunidade enfrentava grandes dificuldades com a quantidade de tarefas e com uma particularidade da sua situação. Para participar de atividades do Movimento Indígena e atender demandas externas da comunidade precisava deixar sua mãe que necessitava de cuidados especiais por problemas de saúde, na casa de uma irmã. Para que pudesse dar conta das demandas uma das suas irmãs foi morar com ela. Aqui a solidariedade aparece na família nuclear e não na comunidade.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

A solidariedade familiar também pode ser notada na fala da liderança de Serrote de São Bento. Na fala dela, a figura da mãe se destaca como parceira na criação da sua filha e nas tarefas domésticas. Outro ponto que chama atenção é o relato que enfrentou preconceitos por ser jovem e não coabitar com o cônjuge. Havia dúvidas sobre a sua capacidade de assumir responsabilidades em virtude da sua condição de solteira.

A autoafirmação como lideranças e a atuação como representantes das associações comunitárias e do Movimento Indígena Estadual, somadas a outras atividades do dia a dia, são elementos do cotidiano dessas mulheres. Um conjunto de atividade públicas e privadas que expressam as suas condições materiais de existência e as suas lutas por direitos e pela permanência no território historicamente ocupado pelo grupo Mendonça Potiguara.

O tempo expressado no cotidiano das mulheres liderança Mendonça Potiguara

Para uma pessoa não indígena, como a autora deste trabalho, que é uma mulher negra, um caminho possível para compreender as experiências das mulheres lideranças indígenas Mendonça Potiguara, do Rio Grande do Norte, é a observação atenta e respeitosa de suas falas e de suas ações objetivas. Logo, essa observação deve considerar tanto a realidade em que vivem quanto as propriedades das suas intenções que, por sua vez, podem ser conscientes ou não.

Nesse sentido, se concordarmos que a cultura possibilita a identificação de aspectos que expressam as vivências dessas mulheres, então precisamos considerar que a forma como as cinco mulheres indígenas lideranças se posicionaram no território indígena nos faz perceber que dualismos conceituais, por exemplo, povos primitivos e cultura essencialista *versus* trajetória histórica, provocaram e ainda

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

provocam abordagens equivocadas sobre os povos indígenas no Brasil, conforme já apontado por Almeida (2010).

Na abordagem essencialista haveria uma estrutura fixa, imutável, orientadora do comportamento dos povos indígenas, ou seja, um eterno retorno onde pessoas viveriam do mesmo modo, repetindo suas vidas exatamente da mesma forma, o que expressaria um tempo não-linear. Mas as mulheres lideranças indígenas nos mostram que as estruturas culturais têm passado por ressignificações que, no sentido amplo, são parte das respostas aos estímulos sociais, internos e externos, para atender as necessidades básicas da materialidade e da subjetividade na produção das suas vidas. Dizendo de outra forma e utilizando as palavras de Almeida (2010, p.21) “Os homens agem e se relacionam, conforme seus lugares sociais e seus objetivos”.

Dessa forma, se olharmos para a cultura desse povo com base na abordagem essencialista, inevitavelmente, chegaremos ao equívoco da aculturação e ao pensamento que os Mendonça Potiguara vivem o tempo do progresso, no sentido de transformação contínua e de aperfeiçoamento evolutivo e ativo do mundo, em outros termos, uma expectativa desvinculada das antigas experiências.

Entretanto, se percebe que as mudanças experienciadas por essas mulheres marcaram suas perspectivas em torno de duas estruturas específicas, tanto na condição material quanto no simbólico: no território e na identidade. Se seguirmos o conselho de Krenak (2019) e olharmos para o território com olhos diferentes do que se convencionou chamar de antropoceno, perceberemos que ele se expressa como natureza que se confunde com essas pessoas. Nas palavras do autor “como camadas do que ficou fora da gente como natureza, mas que por alguma razão ainda se confunde com ela” (Krenak, 2019, p.35).

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Território é o termo mais utilizado pelas lideranças, já os demais integrantes das comunidades se referem ao Território Indígena Mendonça Potiguar como o “lugar que os Mendonça ocupam ou ocupavam” (campos, 2021, p.26). No central, o aglomerado de experiências constituído com esse espaço não está resumido ao território físico, inclui o território de memória, o cultural e o espiritual em uma relação direta com a formação da identidade e em cujo núcleo está o pertencimento a partir da ancestralidade.

Quanto a identidade, observemos um trecho do trabalho de Campos (2021) no qual se vê a sua afirmação, o autorreconhecimento e o reconhecimento dos outros constituindo o reconhecimento étnico.

*[...] Ao mesmo tempo em que eu me percebo pertencente à família Campos, também pertencço à família Mendonça. E é esse sentimento de **pertencimento individual e comunitário que forma minha identidade**. Ser Mendonça, para mim, é pertencer a uma comunidade de um povo socialmente diferenciado; as pessoas da minha comunidade, da minha família falavam “a gente é Mendonça”, e as pessoas de fora da comunidade falavam “você são Mendonça” [...] (Campos, 2021, p.24).
Grifos nossos.*

Nessa construção da identidade observamos dois elementos: o primeiro é o pertencimento e o segundo a fronteira de interação humana na diferença que, por sua vez, é sempre a partir de um fator externo pertencente a dimensão política.

Identificados a identidade e o território como estruturas a partir das quais as experiências se assentam e se expressam, observa-se que não há interrupção entre o passado e o presente, mesmo diante da dinâmica cultural. Contudo, se não há ruptura com o passado, as mulheres lideranças indígenas vivem suas experiências racionalizando-as de forma progressiva com base nas temporalidades?

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Como partimos do entendimento que o tempo dessas mulheres se expressa nas suas realidades, então, os dados objetivos das suas experiências carregam em si os elementos da percepção do tempo.

Vejamos que a liderança do Território Indígena Mendonça Potiguar foi constituída em torno das associações de cada comunidade. Em 2020, cinco das seis comunidades eram lideradas por mulheres, no total de sete lideranças porque a comunidade Amarelão já tinha sua liderança descentralizada e a diretoria central era formada por três mulheres. Cinco mulheres lideranças estavam casadas, uma estava separada e uma viúva. Apenas uma delas não tinha filhos e, também, apenas uma não participava do Movimento Indígena do Rio Grande do Norte. Todas estavam matriculadas em instituições de ensino.

Na diretoria da comunidade Amarelão estava a mulher liderança indígena mais experiente, uma pioneira no Movimento Indígena do Rio Grande do Norte e a única na faixa etária entre os 50 e 60 anos. As demais mulheres lideranças do território encontravam-se, no período em que foram entrevistadas por Tayse Campos, em 2020, em duas faixas etárias: três delas entre 21 e 30 anos e duas entre 31 e 40 anos. A liderança da comunidade Cachoeira/Nova Descoberta, não foi possível identificar a idade porque não foi entrevistada.

Outro dado da realidade encontrado nas falas dessas lideranças é a percepção da cobrança diferenciada, pelas comunidades, dos elementos exigidos aos homens e às mulheres para assumir a posição de liderança. Enquanto aos homens era exigido apenas uma boa oratória, para as mulheres eram exigidos além da boa oratória, ser boa companheira, mãe e filha, boa relação com as famílias da comunidade e estudos (campos, 2021).

Diante desses dados fica evidente que essas mulheres vivenciaram mudanças na forma de viver o tempo, mas sem romper com os elementos do

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

passado, da tradição, embora não tenha deixado de haver apropriações e ressignificação cultural, no sentido dado por Almeida (2010), ao contato com elementos do tempo progressivo da cultura não indígena, em busca de melhores condições de vida.

O próprio território, o lugar historicamente ocupado pelo povo Mendonça, antes demarcado como áreas de pesca, de coleta de frutas, de moradia, de rituais, da agricultura e de outras atividades de sobrevivência e reprodução, sofreu profundas modificações na demarcação, na flora e na fauna, em virtude da invasão de pessoas não indígenas e avanço urbano. E assim, o termo território assumiu uma posição de reivindicação política de direitos pelas lideranças indígenas.

No entanto, no pouco que restou do território, graças a resistência do povo Mendonça Potiguara, as tradições e a relação protecionista com a terra foram mantidas, ligadas as experiências do passado. Elementos observados na cultura desse povo colocam em relevo essa vinculação. Um deles é a produção de alimentos para o próprio consumo de acordo com o período chuvoso da região e descanso da terra no período seco, influenciando o equilíbrio indireto da natureza. O outro é o extrativismo, inclusive para a produção de artesanato. As formas tradicionais de trabalho e os saberes da cultura indígena local, partilhados pelos mais velhos desde cedo com os mais jovens, revelam camadas de passado que retornam e reconfiguram o presente.

Assim, as experiências no tempo para essas mulheres não foram vividas nem de forma totalmente linear e nem totalmente circular, mas das duas formas, não se identificando o controle intelectual do destino com base na articulação das temporalidades.

Considerações finais

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

Ao longo do caminho trilhado neste trabalho foi possível perceber elementos que possibilitam considerar uma interpretação do tempo que difere da ideia teleológica do processo histórico moderno, no qual a experiência histórica se apresenta como uma sucessão irreversível que molda a consciência coletiva universal.

Com base nos dados obtidos é possível dizer que as experiências do tempo vivenciadas pelas mulheres indígenas lideranças Mendonça Potiguara não é o do progresso. Mas se observa agência, entendendo agência como a busca consciente por melhores condições de vida, visto que se percebe a captação da realidade como geradora de motivações e interesses dos próprios indígenas no processo de mudança. Esse movimento se expressa, inclusive, na mudança do modelo de participação comunitária que deixava aos homens a interlocução externa e a política. As mulheres indígenas Mendonça Potiguara abraçaram a luta por direitos e a organização política sem intermediadores e sem renunciar à afirmação da identidade indígena. Não deixaram de ser indígenas ao contato com outras culturas.

Esse movimento não se distancia das experiências do passado, como já foi observado. Ao contrário, a busca das mulheres lideranças por formas de sobreviver em contato com a cultura não indígena fortalece o direito à diferença cultural e o autorreconhecimento indígena. Trata-se de uma articulação contínua entre tradições e novas experiências na vivência humana, que dão forma a cultura desse povo, sem, no entanto, fazer uma ruptura com o passado.

Por fim, as mulheres indígenas Mendonça Potiguara dão sentido as suas experiências vivenciando-as de forma consciente ao mesmo tempo em que vivenciam suas tradições. Dão entrevistas, cumprem seus ritos burocráticos, se organizam no movimento indígena, buscam apoio para as suas lutas, cultivam seus saberes, suas festas, suas danças, dão sentido ao território como espaço de

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

compartilhamento e interpretam o tempo sem oposição entre o tempo circular e o linear.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Regina Celestino de. "*O lugar dos índios na história: dos bastidores ao palco*". In: _____. Os índios na História do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 13-28;

CAMPOS, Thayse. *Mulheres indígenas Mendonça: cotidiano, resistência e luta no Rio Grande do Norte*. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

COSTA, Dioclécio Bezerra da; SILVA, Tayse Michelle Campos da. Potiguara - Mendonça. *Povos Indígenas do Rio Grande do Norte*. 2020. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/povosindigenasdorn>. Acesso em: 11. jul. 2024.

FERNANDES, Florestan. Antecedentes indígenas: Organização social das tribos tupis. In: Holanda, Sergio Buarque (org.). *História geral da civilização brasileira*. Rio de janeiro: Difel, vol. I, 1976, p 72-86.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguirres. *Mendonça do Amarelão: caminhos e descaminhos da identidade indígena no Rio Grande do Norte*. 2007. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

KRENAK, Ailton. *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS. Primeira indígena a presidir a Funai, Joenia Wapichana toma posse em cerimônia histórica prestigiada por lideranças, autoridades e sociedade civil. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/primeira-indigena-a-presidir-a-funai-joenia-wapichana-toma-posse-em-cerimonia-hist>. Acesso em: 10 jul. 2024.

PEREIRA, Ana Carolina B. Teorizando o tempo fractal: um diálogo entre Teoria da História, Antropologia e a teoria dos fractais. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, 26., 2011, São Paulo. [Anais...]. São Paulo: ANPUH, 2011.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade

_____. *Na transversal do tempo: natureza e cultura à prova da história*. 2013. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/14623>. Acesso em: 10 nov. 2024.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7. Ed.- São Paulo: Global, 2017.

UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS. Joenia Wapixana, winner, 2018 UN Human Rights Prize. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/stories/2018/12/joenia-wapixana-winner-2018-un-human-rights-prize>. Acesso em: 10 jul. 2024.

ANPUH-RN, 20 ANOS DE HISTÓRIA:

desafios ao ofício do(a) historiador(a) na contemporaneidade